



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO
INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CARIRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO/CE

PLS Nº: 655

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO IX – MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO A SER CELEBRADO ENTRE A
CONCESSIONÁRIA E O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUAPARA FINS DE GESTÃO
COMERCIAL**

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO(S) MUNICÍPIO(S) DE [•], SOB CONCESSÃO REALIZADA PELO CGIRS-CARIRI

Pelo presente instrumento, de um lado,

a) O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, [•], com sede na [•], Município de [•], Estado do Ceará, inscrita(o) no CNPJ sob nº [•], neste ato representada por seu [•], Sr. [•], denominada simplesmente [•];

e, de outro lado,

b) a [razão social da concessionária], com sede na [•], Município de Crato, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob nº [•], neste ato representada por [•], denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**,

e, como intervenientes-anuentes,

c) o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Cariri – CGIRS-CARIRI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•], com sede na [•], nº [•], Município de [•], Estado do Ceará, neste ato representado por seu Presidente, [•], doravante denominado **CGIRS-CARIRI**, e

d) a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, autarquia estadual sob regime especial, inscrita no CNPJ sob o nº [•], com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/nº, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato representada por seu Presidente, Sr. [•], doravante denominada **REGULADOR**,

CONSIDERANDO QUE:

i) O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela prestação do(s) serviço(s) público(s) de abastecimento de água no Município de [•] ou [determinada área do MUNICÍPIO];

- ii) o CGIRS-CARIRI é o responsável pela gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos gerados no(s) Município(s) de [•]e, no exercício de suas atribuições, delegou à CONCESSIONÁRIA, mediante licitação, a prestação dos referidos serviços, especificamente os de transbordo, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados nos Municípios integrantes do CGIRS-CARIRI;
- iii) institui-se, mediante contrato de concessão celebrado entre oCGIRS-CARIRI e a CONCESSIONÁRIA, a tarifa relativa à prestação dos referidos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares concedidos, com base no consumo de água dos usuários;
- iv) os serviços públicos de abastecimento de água e de manejo de resíduos sólidos domiciliares estão intrinsecamente relacionados, na medida em que integram o sistema de saneamento básico do(s) Município(s) de [•], conforme definições da Lei federal nº 11.445/07;
- v) a cobrança conjunta dos serviços públicos de abastecimento de água e de manejo de resíduos sólidos domiciliares permite a integração do cadastro dos usuários, reduz a inadimplência e facilita a gestão comercial dos referidos serviços;
- vi) o usuário dos serviços públicos de abastecimento de água e de manejo de resíduos sólidos domiciliares deve ser respeitado como cidadão, devendo ser-lhe garantidos canais eficientes de diálogo e atendimento adequado;

As PARTES acima qualificadas resolvem firmar o presente Convênio de Cooperação (o "CONVÊNIO"), que se regerá pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1. Os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão neste CONVÊNIO o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

AGENTES ARRECADADORES: são as instituições, financeiras ou não, responsáveis pela

arrecadação das receitas advindas da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de manejo de resíduos sólidos domiciliares prestados no território do(s) Município(s) de [●] e responsáveis por encaminhar tais valores para a CONTA CENTRALIZADORA aberta junto ao BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS;

BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS: é a instituição financeira na qual serão mantidas a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA DO PRESTADOR DE ÁGUA, a CONTA DA CONCESSIONÁRIA e a CONTA RESERVA, e que será responsável pela movimentação dos valores tarifários arrecadados entre as referidas contas, na forma deste CONVÊNIO, do CONTRATO DE CONCESSÃO e do respectivo contrato bancário celebrado entre a CONCESSIONÁRIA, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS;

CONCESSIONÁRIA: é a sociedade de propósito específico que assume os direitos e as obrigações no âmbito deste CONVÊNIO e do CONTRATO DE CONCESSÃO, responsável pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos em favor do CGIRS-CARIRI, especialmente transbordo, transporte, tratamento e destinação final;

CONJUNTO DE DADOS COMERCIAIS: é o conjunto de dados necessários que o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA fornecerá, na periodicidade adequada, para que a CONCESSIONÁRIA mantenha seus registros contábeis em conformidade com as boas práticas e normas legais vigentes, e que incluem, no mínimo, troca de arquivos, em formatos pré-estabelecidos pelas PARTES, de cadastro dos USUÁRIOS, leitura e faturamento diário, de arrecadação e de alterações cadastrais das operações realizadas em nome do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e em virtude deste CONVÊNIO;

CONTA CENTRALIZADORA: é a conta bancária de não livre movimentação, de titularidade do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, administrada pelo BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS, para a qual serão destinados todos os valores arrecadados pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA pela cobrança das TARIFAS DE ÁGUA e das TARIFAS DE RESÍDUOS, estas últimas devidas pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pela CONCESSIONÁRIA;

CONTA DA CONCESSIONÁRIA: é a conta bancária de titularidade da CONCESSIONÁRIA para a qual o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS destinará os valores das TARIFAS DE RESÍDUOS depositadas na CONTA CENTRALIZADORA, de acordo com as instruções decorrentes deste CONVÊNIO e do CONTRATO DE CONCESSÃO;

CONTA DO PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA: é a conta bancária de titularidade do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para a qual o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS destinará os valores das TARIFAS DE ÁGUA depositadas na CONTA DE CENTRALIZADORA, devidas pela prestação do serviço público de abastecimento de água, de acordo com as instruções decorrentes deste CONVÊNIO;

CONTA RESERVA: é a conta bancária de titularidade da CONCESSIONÁRIA para a qual o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS destinará percentual dos valores das TARIFAS DE RESÍDUOS depositadas na CONTA CENTRALIZADORA, cuja liberação dos valores à CONCESSIONÁRIA ocorrerá após o atingimento de determinadas metas, de acordo com as instruções decorrentes deste CONVÊNIO e do CONTRATO DE CONCESSÃO;

CONTRATO DE CONCESSÃO: é o instrumento jurídico que tem como objeto a concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, especialmente os de transporte, transbordo, tratamento e destinação final, a ser celebrado entre o CGIRS-CARIRI e a CONCESSIONÁRIA;

CONVÊNIO: é o presente instrumento jurídico, firmado entre o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e a CONCESSIONÁRIA, com a interveniência e anuência do CGIRS-CARIRI e do REGULADOR;

DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: é o dia imediatamente seguinte à emissão das Licenças de Operação de todas as Estações de Transferência de Resíduos - ETRs, quando será dado início à prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos pela CONCESSIONÁRIA e, conseqüentemente, iniciadas as atividades de cobrança conjunta das TARIFAS DE ÁGUA E TARIFAS DE RESÍDUOS pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, nos termos deste CONVÊNIO;

MUNICÍPIOS: são os Municípios de Altaneira, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, integrantes do CGIRS-CARIRI;

PARTES: são a CONCESSIONÁRIA e o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA;

SISTEMA DE CADASTRO: é o sistema de controle de cadastro dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água do(s) Município(s) de [●], cujo acesso deverá ser compartilhado de forma simultânea, entre o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e a CONCESSIONÁRIA, sendo que a operação e manutenção são de responsabilidade do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA;

TARIFA DE ÁGUA: é o valor pecuniário devido pelos USUÁRIOS ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água;

TARIFA DE RESÍDUOS: é o valor pecuniário devido pelos USUÁRIOS à CONCESSIONÁRIA, e faturado pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO;

USUÁRIO: é a pessoa ou grupo de pessoas que utiliza(m) os serviços públicos de abastecimento de água e de manejo dos resíduos sólidos domiciliares no território do(s) Município(s) de [●].

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. O presente CONVÊNIO tem por objeto regular os direitos e as obrigações das PARTES em relação às atividades de gestão comercial e atividades operacionais que serão realizadas de forma interdependente entre as PARTES.

2.2. A gestão comercial a ser realizada pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA compreende as seguintes atividades, além daquelas inerentes à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água sob sua responsabilidade:

2.2.1. fornecimento do CONJUNTO DE DADOS COMERCIAIS, na forma e prazos necessários para que a CONCESSIONÁRIA possa cumprir suas obrigações, observado o cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD;

2.2.2. gestão do cadastro dos USUÁRIOS, mantendo a atualização diária das alterações;

2.2.3. compartilhamento do SISTEMA DE CADASTRO com a CONCESSIONÁRIA, inclusive para fins de controle da arrecadação das TARIFAS DE RESÍDUOS pagas pelos USUÁRIOS;

2.2.4. leitura e medição do consumo de água dos USUÁRIOS, de modo a permitir o cálculo das TARIFAS DE RESÍDUOS;

2.2.5. faturamento no local e entrega imediata das faturas aos USUÁRIOS, contendo as TARIFAS DE ÁGUA e as TARIFAS DE RESÍDUOS, observadas estritamente todas as regras aplicáveis;

2.2.6. envio de faturas aos USUÁRIOS por correspondência ou qualquer outromeio, quando não for possível o faturamento no local.

2.3. A realização das atividades acima enumeradas dar-se-á na forma e nas condições previstas neste CONVÊNIO, bem como nos termos do que vier a ser acordado oportunamente, por escrito, entre as PARTES.

2.4. Durante a Fase 2 – Transição prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO, as PARTES se comprometem a adotar todas as providências necessárias à operacionalização da gestão comercial, disciplinando, especialmente, como serão realizados o fornecimento do CONJUNTO DE DADOS COMERCIAIS, o compartilhamento do SISTEMA DE CADASTRO e a gestão do cadastro dos USUÁRIOS.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O CONVÊNIO entra em vigor na data de sua assinatura e terá duração pelo mesmo prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO, enquanto vigente a relação jurídica existente entre o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e os Municípios integrantes do CGIRS-CARIRI, sendo que o início da cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS dos USUÁRIOS dar-se-á a partir da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

3.2. Caso o CONTRATO DE CONCESSÃO seja prorrogado, o presente CONVÊNIO também será prorrogado, desde que expressamente acordado entre as PARTES.

3.3. Fica certo, desde já, que quando da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA fará a cessão dos direitos e obrigações deste CONVÊNIO ao CGIRS-CARIRI.

3.3.1. Se for do interesse de todos, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e o CGIRS-CARIRI adotarão todas as providências necessárias para que a cessão prevista nesta

subcláusula seja efetivada.

CLÁUSULA QUARTA - CADASTRO DE USUÁRIOS

4.1. O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA será responsável pela gestão comercial do cadastro de USUÁRIOS dos serviços de abastecimento de água, incluindo a manutenção e a operação do SISTEMA DE CADASTRO, com o apoio da CONCESSIONÁRIA, com vistas a mitigar eventuais erros.

4.2. Para os fins do disposto nesta Cláusula, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA se obriga, em até 60(sessenta) dias contados da assinatura deste CONVÊNIO, a repassar à CONCESSIONÁRIA, mediante recibo de entrega, seu cadastro dos USUÁRIOS em arquivo digital, contendo apenas as informações necessárias para atendimento ao objeto deste CONVÊNIO, prestando permanente auxílio à CONCESSIONÁRIA a respeito de todas as dúvidas pertinentes aos dados e informações dos USUÁRIOS.

4.3. O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverá, em até 120(cento e vinte) dias contados da data de assinatura deste CONVÊNIO, compartilhar o SISTEMA DE CADASTRO com a CONCESSIONÁRIA, de modo a possibilitar que esta última acompanhe, simultaneamente, a atualização do cadastro de USUÁRIOS e suas respectivas informações atualizadas, tais como alterações de dados e informações, inserção de novos USUÁRIOS, baixa de USUÁRIOS que perderem essa condição, entre outros, devendo o acesso ao sistema permitir a consulta somente as informações necessárias para atendimento ao objeto deste CONVÊNIO.

4.4. A CONCESSIONÁRIA deverá manter sigilo sobre as informações pessoais dos USUÁRIOS fornecidas pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, não podendo utilizá-las para outros fins senão aqueles previstos neste CONVÊNIO, nos termos da legislação vigente, observando o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e nas normas internas do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

4.4.1. O sigilo previsto nesta subcláusula não se aplica aos casos em que a divulgação das informações pessoais dos USUÁRIOS não for proibida por lei ou quando se fizer necessária tal divulgação por força de determinação de autoridade administrativa ou judicial.

4.5. Considerando que o valor da conta dos USUÁRIOS relativo aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos será calculado a partir da multiplicação da TARIFA DE RESÍDUOS pela média do volume de água consumido nos últimos 12 (doze) meses, é imprescindível que a CONCESSIONÁRIA tenha acesso ao CONJUNTO DE DADOS COMERCIAIS e ao SISTEMA DE CADASTRO para realizar esse cálculo e informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA o valor a ser cobrado dos USUÁRIOS em tempo hábil para emitir a fatura.

4.5.1. Na hipótese de o USUÁRIO não possuir histórico de consumo de água, o valor da conta desse USUÁRIO será calculado de acordo com a categoria de consumo em que se enquadrar, nos termos do Anexo I deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA QUINTA – MEDIÇÃO, CÁLCULO, FATURAMENTO E COBRANÇA DOS SERVIÇOS

5.1. Até a DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverá adequar, com o apoio da CONCESSIONÁRIA, o software dos aparelhos de leitura de modo a permitir que o lançamento das TARIFAS DE RESÍDUOS seja feito automaticamente a partir da identificação dos USUÁRIOS, tendo em vista o seu histórico de consumo de água.

5.1.1. Quando a leitura for realizada de forma manual ou por qualquer outro mecanismo, as TARIFAS DE RESÍDUOS deverão ser lançadas quando da emissão das respectivas faturas, observada a estrutura tarifária enviada pela CONCESSIONÁRIA.

5.2. Fica certo que o valor da conta dos USUÁRIOS relativo aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos será fixo durante o período de 12 (doze) meses subsequente à DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

5.3. A CONCESSIONÁRIA, a cada período de 12 (doze) meses, deverá informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA os novos valores a serem cobrados dos USUÁRIOS, tendo em vista o reajuste das TARIFAS DE RESÍDUOS e a média do volume de água consumido nos últimos 12 (doze) meses.

5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, previamente à DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, os valores das contas dos USUÁRIOS relativos aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos para os próximos 12 (doze)

meses, tendo em vista a estrutura tarifária constante do Anexo I deste CONVÊNIO.[A estrutura tarifária que constará do Anexo I deste Convênio será aquela da proposta comercial da licitante vencedora.]

5.4.1. As eventuais atualizações da estrutura tarifária, bem como dos valores a serem cobrados dos USUÁRIOS deverão ser informadas pela CONCESSIONÁRIA ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua aplicação.

5.4.2. A CONCESSIONÁRIA se compromete a prestar todo o apoio necessário ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para a aplicação da nova estrutura tarifária e dos novos valores a serem cobrados dos USUÁRIOS, inclusive mediante a atualização do software dos aparelhos de leitura, se for o caso.

5.4.3. A CONCESSIONÁRIA se obriga a, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação à efetiva cobrança dos novos valores, dar ampla divulgação, especialmente perante os USUÁRIOS, dos reajustes e das revisões das TARIFAS DE RESÍDUOS.

5.5. O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverá realizar a medição do consumo de água dos USUÁRIOS, bem como emitir a correspondente fatura, já contemplando as TARIFAS DE ÁGUA e as TARIFAS DE RESÍDUOS.

5.6. Caso não seja possível a emissão da fatura no local, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverá expedir e entregar a fatura contemplando as TARIFAS DE ÁGUA e as TARIFAS DE RESÍDUOS por qualquer outro meio definido pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

5.7. Para fins de cumprimento do disposto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA poderá alocar pessoal necessário, próprio ou contratado, para auxiliar o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

5.8. As faturas serão confeccionadas e emitidas pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA com sua respectiva logomarca e/ou a logomarca da CONCESSIONÁRIA, conforme modelo definido pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

5.9. As faturas emitidas contemplarão as TARIFAS DE ÁGUA e as TARIFAS DE RESÍDUOS com os valores indicados separadamente.

5.10. O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA não será responsabilizado por qualquer problema

de forma e/ou de conteúdo nas informações fornecidas pela CONCESSIONÁRIA em relação às TARIFAS DE RESÍDUOS.

5.11. Será adotado um único código de barras da fatura, devendo as PARTES, anteriormente ao início da cobrança conjunta das TARIFAS DE ÁGUA e as TARIFAS DE RESÍDUOS, comunicar aos USUÁRIOS sobre tal cobrança, concedendo-lhes prazo razoável para optar por receber a fatura com códigos de barras separados, se assim preferirem.

5.12. No 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao do recebimento dos valores arrecadados pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, após o respectivo repasse pelos AGENTES ARRECADADORES, o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS efetuará a transferência (i) para a CONTA DO PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA e pertencentes ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, relativos às TARIFAS DE ÁGUA, e (ii) para a CONTA DA CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, para a CONTA RESERVA, dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA e pertencentes à CONCESSIONÁRIA, relativos às TARIFAS DE RESÍDUOS.

5.13. Serão descontados dos valores a serem repassados à CONCESSIONÁRIA tão somente os valores devidos ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA pela prestação dos serviços de gestão comercial, nos termos deste CONVÊNIO.

5.14. Os valores devidos à CONCESSIONÁRIA, relativos às TARIFAS DE RESÍDUOS arrecadadas, não poderão ser movimentados pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, mas apenas e tão somente pelo BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS, para fins de realização dos repasses devidos à CONTA DA CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, à CONTA RESERVA.

5.15. As PARTES, previamente à DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, deverão adotar todas as medidas necessárias para viabilizar o disposto nesta Cláusula, inclusive junto ao BANCO CENTRALIZADOR DE CONTAS.

5.16. Quando o USUÁRIO não possuir ligação ativa de água, a CONCESSIONÁRIA será responsável por emitir e entregar a fatura relativa à cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS, uma vez que o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA não se responsabilizará por tal cobrança.

5.17. A CONCESSIONÁRIA concorda em, nos casos de parcelamento de débitos, receber nas condições e prazos de negociação realizada pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA,

devendo as informações relativas a essas negociações ser disponibilizadas para a CONCESSIONÁRIA via sistema.

5.17.1. A CONCESSIONÁRIA concorda com a política de cobrança do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e receberá os valores conforme os prazos e condições da negociação realizada com o USUÁRIO.

5.17.2. Se, após 90 (noventa) dias da negociação realizada pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA com o USUÁRIO, a inadimplência permanecer, a CONCESSIONÁRIA assumirá os procedimentos para cobrança extrajudicial e judicial que considerar pertinentes.

5.18. O PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA informará à CONCESSIONÁRIA tão logo seja notificada de decisão administrativa ou judicial que suspender o faturamento por parte do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para determinadas localidades e/ou USUÁRIOS, situação em que a CONCESSIONÁRIA deverá emitir e entregar a fatura da TARIFA DE RESÍDUOS de outra forma.

5.19. Os volumes de consumo de água apurados pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA que servirão de referência para o cálculo da TARIFA DE RESÍDUOS serão considerados conforme as regras e ocorrências de faturamento do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

5.20. Caso a fatura seja emitida com 2 (dois) códigos de barras diferentes, a responsabilidade pelos procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos débitos vencidos das TARIFAS DE RESÍDUOS será da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES DO PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA

6.1. Sem prejuízo das atribuições previstas neste CONVÊNIO, compete exclusivamente ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA:

6.1.1. efetuar a leitura dos medidores de água para efeito de apuração dos volumes que servirão de parâmetro para cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS;

6.1.2. emitir e entregar as faturas da TARIFA DE ÁGUA e da TARIFA DE RESÍDUOS, desde que o USUÁRIO possua ligação ativa de água e não tenha suspensão de seu faturamento;

6.1.3. fornecer o cadastro dos USUÁRIOS em arquivo digital, contendo as informações

necessárias para o atendimento ao objeto deste CONVÊNIO;

6.1.4. permitir acesso ao sistema comercial com as informações necessárias para atendimento ao objeto deste CONVÊNIO, incluindo a média de consumo de água dos USUÁRIOS relativa aos últimos 12 (doze) meses;

6.1.5. disponibilizar para a CONCESSIONÁRIA as normas e procedimentos comerciais do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA relativos ao objeto deste CONVÊNIO;

6.1.6. adotar todas as medidas cabíveis para a recuperação de crédito e a redução da inadimplência dos USUÁRIOS relativa serviços públicos de abastecimento de água;

6.1.7. realizar a cobrança extrajudicial e judicial das TARIFAS DE ÁGUA não pagas pelos USUÁRIOS;

6.1.8. apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da emissão das faturas, o quantitativo de faturas emitidas para efeito de pagamento pela gestão comercial por parte da CONCESSIONÁRIA.

6.1.9. demais obrigações inerentes à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água que lhe sejam atribuídas.

CLÁUSULA SÉTIMA – ATRIBUIÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Sem prejuízo das atribuições previstas neste CONVÊNIO, compete exclusivamente à CONCESSIONÁRIA:

7.1.1. informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, com antecedência de até 60 (sessenta) dias da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, a respectiva estrutura tarifária a ser aplicada para fins de cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS;

7.1.2. informar, com base nos cadastros fornecidos pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, de quais USUÁRIOS e categorias de USUÁRIOS deverá ser cobrada a TARIFA DE RESÍDUOS;

7.1.3. informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, os valores a serem cobrados dos USUÁRIOS, considerando as TARIFAS DE RESÍDUOS e a média do consumo de água dos USUÁRIOS

relativa aos últimos 12 (doze) meses;

7.1.4. para os períodos subsequentes, informar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva cobrança, os novos valores a serem cobrados dos USUÁRIOS, considerando os reajustes e revisões das TARIFAS DE RESÍDUOS, bem como a nova média de consumo de água relativa aos últimos 12 (doze) meses;

7.1.5. efetuar o pagamento por cada fatura emitida pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, conforme valores definidos neste CONVÊNIO, no prazo de 10 (dez) dias após a apresentação da cobrança por parte do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, podendo haver a compensação do valor devido, pelo BANCO CENTRALIZADOR DE CONTAS, em relação ao valor a ser repassado à CONCESSIONÁRIA pelas TARIFAS DE RESÍDUOS arrecadadas;

7.1.6. apresentar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA um plano de comunicação e sensibilização dos USUÁRIOS para a importância e os benefícios da cobrança pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, especialmente o transbordo, transporte, tratamento e destinação final, com antecedência de pelo menos 60 (sessenta) dias do início da cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS, com informações sobre os serviços, a forma de cobrança e os canais de atendimento disponíveis para solicitações e reclamações referentes a tais serviços;

7.1.7. divulgar, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do início da cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS, os canais de atendimento aos clientes relativos aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares sob sua responsabilidade;

7.1.8. utilizar, prioritariamente, *webservices restfull* como forma de comunicação entre os seus sistemas e os do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, sendo que a utilização de outra forma de comunicação somente será possível com a concordância do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA;

7.1.9. atender os USUÁRIOS pelos canais de atendimento existentes e de sua responsabilidade relativos aos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos domiciliares sob sua responsabilidade;

7.1.10. disponibilizar canais de atendimento disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana para atendimento aos USUÁRIOS;

- 7.1.11. adotar todas as medidas cabíveis para a recuperação de crédito e a redução da inadimplência dos USUÁRIOS relativa à TARIFA DE RESÍDUOS;
- 7.1.12. negativar os USUÁRIOS inadimplentes em relação à TARIFA DE RESÍDUOS junto aos órgãos de proteção de crédito, observada a legislação aplicável, assumindo a CONCESSIONÁRIA as responsabilidades decorrentes de tais medidas;
- 7.1.13. comunicar aos USUÁRIOS, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do início da cobrança da TARIFA DE RESÍDUOS, acerca dos respectivos valores e formas de cobrança, bem como os seus reajustes e revisões, observados os prazos legais e o disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO;
- 7.1.14. realizar a cobrança extrajudicial dos valores das faturas em aberto relativos às TARIFAS DE RESÍDUOS, especialmente após 90 (noventa) dias do início de negociação efetuada pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e que resultar ineficaz, envolvendo todas as atividades pertinentes, inclusive, mas não exclusivamente, envio de notificação, contatos telefônicos, protesto, dentre outras ações pertinentes;
- 7.1.15. realizar a cobrança judicial das TARIFAS DE RESÍDUOS não pagas pelos USUÁRIOS e cuja cobrança extrajudicial não teve êxito;
- 7.1.16. demais obrigações inerentes à prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos que lhe foram atribuídas.

CLÁUSULA OITAVA – ATIVIDADES CORRELATAS

- 8.1. As PARTES estabelecem que todas as demais atividades correlatas àquelas previstas neste CONVÊNIO que, ao longo da execução deste instrumento, forem identificadas pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e/ou pela CONCESSIONÁRIA como necessárias para efetivar a gestão comercial dos serviços públicos de abastecimento de água e de manejo dos resíduos sólidos domiciliares no(s) Município(s) de [•] serão comunicadas por uma dessas PARTES à outra, por escrito.
- 8.2. Em até 90 (noventa) dias contados da data da comunicação prevista na subcláusula anterior, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e a CONCESSIONÁRIA deverão acordar, de

boa-fé, a respeito das condições e da forma de realização da(s) atividade(s) correlata(s) identificada(s), a fim de se permitir o cumprimento do objetivo deste CONVÊNIO, qual seja, a cooperação técnica na realização da gestão comercial dos serviços públicos de abastecimento de água e de manejo dos resíduos sólidos domiciliares.

8.3. A CONCESSIONÁRIA e o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverão promover ações e campanhas promocionais visando a recuperação de créditos e a redução da inadimplência.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Para fins de apoio financeiro, a CONCESSIONÁRIA deverá repassar ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA, mensalmente, o valor correspondente a R\$ 1,67 (um real e sessenta e sete centavos) por fatura emitida aos USUÁRIOS.

9.2. O primeiro repasse de recursos dar-se-á no 40º (quadragésimo) dia útil contado da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, sendo que os demais repasses ocorrerão sempre no 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

9.3. O valor mencionado na subcláusula 9.1 será reajustado nos mesmos moldes e periodicidade das TARIFAS DE RESÍDUOS, consoante previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – REVISÃO DO CONVÊNIO

10.1. Eventuais alterações de escopo dos serviços prestados e/ou de responsabilidades serão ajustadas por meio de termo aditivo específico a este CONVÊNIO.

10.2. Fica certo que, anualmente, após 12 (doze) meses contados da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, as PARTES se comprometem a averiguar se os níveis de inadimplência dos USUÁRIOS aumentaram em razão da cobrança conjunta das TARIFAS DE ÁGUA e das TARIFAS DE RESÍDUOS.

10.2.1. Caberá ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA comprovar, em até 60 (sessenta) dias contados do prazo a que se refere a subcláusula 10.2, o percentual de inadimplência dos USUÁRIOS e a sua relação com o faturamento conjunto as TARIFAS DE ÁGUA e das TARIFAS

DE RESÍDUOS.

10.2.2. Uma vez comprovado que a inadimplência dos USUÁRIOS aumentou em decorrência da cobrança conjunta das TARIFAS DE ÁGUA e das TARIFAS DE RESÍDUOS, caberá ao REGULADOR apurar os prejuízos sofridos pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e, preferencialmente, readequar o valor a ser repassado pela CONCESSIONÁRIA ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA definido na subcláusula 9.1 deste CONVÊNIO ou adotar outras medidas cabíveis em comum acordo entre as PARTES.

10.3. Para fins de readequação do valor previsto na subcláusula 9.1 deste CONVÊNIO, fica certo que a metodologia de cálculo utilizada pelo REGULADOR deve ser definida em conjunto e comum acordo com as PARTES.

10.4. A revisão extraordinária deste CONVÊNIO será admitida caso ocorram fatos imprevistos que possam vir a desequilibrar as relações aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SISTEMA INFORMATIZADO DA CONCESSIONÁRIA

11.1. Em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura deste CONVÊNIO, a CONCESSIONÁRIA deverá instalar e manter um sistema informatizado, que deverá possuir as configurações necessárias para possibilitar o acesso “online” ao SISTEMA DE CADASTRO mantido e operado pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

11.1.1. Para tanto, as PARTES acordarão a forma de operacionalização do acesso “online” ao SISTEMA DE CADASTRO pela CONCESSIONÁRIA, assim como o formato e a periodicidade da troca de informações que deverá ser, preferencialmente, mensal.

11.2. A CONCESSIONÁRIA se compromete a auxiliar e a capacitar os funcionários do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para viabilizar o acesso “online” ao SISTEMA DE CADASTRO pela CONCESSIONÁRIA.

11.3. O compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA do CONJUNTO DE DADOS COMERCIAIS de usuários existentes no SISTEMA DE CADASTRO mantido e operado pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverá abarcar os dados mínimos necessários, tais como a identificação e o consumo de água de cada unidade consumidora, respeitando as disposições da Lei

Geral de Proteção de Dados - LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESPONSABILIDADE DAS PARTES

12.1. Cada PARTE permanecerá responsável, por si e por seus subcontratados, perante a outra PARTE, pela execução do objeto deste CONVÊNIO e pela prestação dos serviços públicos de que são delegatárias, respondendo integral e exclusivamente perante a outra PARTE e a terceiros, nas esferas civil, administrativa, tributária, ambiental ou criminal por ações, omissões ou fatos exclusivamente imputáveis a si, incluindo por todos os ônus decorrentes de eventual subcontratação.

12.2. Os servidores e empregados de qualquer das PARTES, em decorrência da execução das atividades inerentes ao presente CONVÊNIO, não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações com a entidade de origem, ficando, porém, sujeitas à observância dos regulamentos internos do local onde estiverem atuando.

12.3. As PARTES se isentam reciprocamente de toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o pessoal que vier a ser contratado e/ou designado por cada uma das PARTES para atender o objeto do presente CONVÊNIO, não tendo os servidores/empregados de uma PARTE qualquer vínculo empregatício ou estatutário com a outra PARTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

13.1. O presente CONVÊNIO será extinto exclusivamente nas seguintes hipóteses:

13.1.1. quando da expiração do seu prazo de vigência ou mediante acordo conjunto entre a CONCESSIONÁRIA eo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA;

13.1.2. na hipótese de rescisão motivada, em caso de comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste CONVÊNIO e após o trânsito em julgado de decisão judicial que declarar a rescisão.

13.2. Quando da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO ou da relação jurídica existente

entre o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA e o Município [•], integrante do CGIRS-CARIRI, extinguem-se os direitos e as obrigações das partes em relação a esse CONVÊNIO, quando poderá se dar a cessão de tais direitos e obrigações ao CGIRS-CARIRI. .

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ENTIDADE FISCALIZADORA

14.1. O REGULADOR assina o presente CONVÊNIO na qualidade de interveniente e anuente dos seus termos e condições, sendo responsável por fiscalizar as atividades desempenhadas pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUCESSÃO DO PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA E DA CONCESSIONÁRIA

15.1. Caso, por qualquer motivo e em qualquer momento, durante a vigência do CONVÊNIO, o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deixe de ser o prestador dos serviços públicos de abastecimento de água no(s) Município(s) de [•], o CGIRS-CARIRI compromete-se a fazer com que o sucessor do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA na referida prestação, seja de que natureza for, assuma os direitos e as obrigações do PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA previstas neste instrumento.

15.2. Caso, por qualquer motivo e em qualquer momento, durante a vigência do CONVÊNIO, a CONCESSIONÁRIA deixe de ser a prestadora dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, o CGIRS-CARIRI compromete-se a fazer com que o sucessor da CONCESSIONÁRIA na referida prestação, seja de que natureza for, assuma os direitos e as obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

16.1. Sempre que necessário, a CONCESSIONÁRIA e o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA deverão se reunir para discussão do andamento das ações realizadas por cada uma delas no âmbito deste CONVÊNIO.

16.2. Em até 10(dez) dias contados da assinatura deste CONVÊNIO, o PRESTADOR DO

SERVIÇO DE ÁGUA e a CONCESSIONÁRIA deverão indicar uma à outra os dados de 1 (um) profissional responsável pelos contatos diários, para discussão de questões operacionais relativas à gestão comercial e ao objeto deste CONVÊNIO, e de 1 (um) profissional responsável pelas discussões que não forem de alçada do primeiro profissional mencionado.

16.3. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:

16.3.1. em mãos, desde que comprovadas por protocolo;

16.3.2. por correio registrado, com aviso de recebimento; e

16.3.3. por correio eletrônico, com aviso de recebimento e confirmação de leitura.

16.4. Qualquer das PARTES poderá modificar os profissionais indicados e/ou os seus respectivos endereços, mediante prévia comunicação escrita à outra, sem a qual a correspondente notificação será considerada inválida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

17.1. Em razão do presente CONVÊNIO, serão realizadas operações de tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), os quais serão transmitidos pelo PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA à CONCESSIONÁRIA, figurando esta última na presente relação como Parte Co-Controladora desses dados pessoais.

17.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a atuar em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais em vigor e a observar a boa-fé e os seguintes princípios:

17.2.1. adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

17.2.2. finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

17.2.3. necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

17.2.4. prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

17.2.5. responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas;

17.2.6. segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

17.2.7. transparência: garantia de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

17.2.8. não discriminação: não serão realizados tratamentos de dados para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

17.2.9. livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

17.3. A CONCESSIONÁRIA compromete-se também a:

17.3.1. realizar previamente o Relatório de Impacto à Proteção de Dados com os parâmetros do ICO – Information Commissioner Office; e

17.3.2. estabelecer o Acordo de Tratamento de Dados Pessoais com o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA.

17.4. É assegurado ao PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA o direito de fiscalizar e auditar, presencial ou remotamente, a conformidade da CONCESSIONÁRIA relativamente às obrigações de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A eficácia deste CONVÊNIO fica condicionada à sua publicação em extrato no Diário Oficial do(s) Município(s) de [•], no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, devendo ser remetidas cópias do instrumento aos órgãos de controle interno e externo, nos prazos regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. As PARTES, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as controvérsias oriundas do presente CONVÊNIO.

E, por estarem de acordo, as PARTES, juntamente com os intervenientes e anuentes, assinam o presente CONVÊNIO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Crato-CE, [•] de [•] de [•].

PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA

CONCESSIONÁRIA

Intervenientes-Anuentes:

CGIRS-CARIRI

REGULADOR

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO/CE
PLS Nº: 677
8
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nome

RG

Nome

RG